

## ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PERFIL DO MIGRANTE DE RETORNO E O NÃO NATURAL DO ESTADO DO CEARÁ

*Silvana Queiroz<sup>1</sup>*  
*Ivan Targino<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este artigo procura analisar e comparar o perfil sócio-econômico (idade, anos de estudo, taxa de ocupação e rendimento) dos migrantes de retorno com os não-naturais do Ceará. A principal fonte de dados foi os microdados da amostra do Censo Demográfico 2000, que por serem dados brutos, foram tabulados com o uso do SPSS. Os principais resultados apontam que o fraco desempenho da economia brasileira e as crescentes taxas de desemprego no Brasil, notadamente na Região Metropolitana de São Paulo, por um lado, influenciaram as migrações para o Ceará e, por outro lado, este acontecimento foi resultado do favorável desempenho da economia cearense no período 1990-2000, que conseguiu, ao mesmo tempo, aumentar suas entradas de migrantes e reduzir suas saídas. Constatou-se que, o volume de retornados é superior ao de não-naturais e de modo geral, a situação sócio-econômica dos retornados é inferior à dos não-naturais.

**Palavras-chave:** Dinâmica Econômica; Migração; Brasil-São Paulo-Ceará.

### ABSTRACT

This article tries to analysis and compare the socio-economic profile (age, years of study, occupation and income tax) of migrants of returning with the non-naturals of Ceará, from the effects of the performance of the Brazilian and Ceará economics during the decade of 1990. The main source of data was the microdata of the sample of Demographic Census of 2000, which being unworked, were tabulated with the use of SPSS. The main results point out that the weak performance of the Brazilian economics and the increasing unemployment taxes in Brazil, noticeably in the Metropolitan Region of São Paulo, on one hand, influenced the migrations to Ceará, and on the other hand, this happening was result of the favourable performance of the economics of Ceará in the period 1990-2000, which accomplished, in the same time, increase its entrances of migrants and reduce its exits. It's evidence that the volume of returners is superior to non-naturals in general, the socio-economic situation of returners is inferior to non-naturals.

**Key-words:** Economic Dynamic; Migration; Brasil-São Paulo-Ceará.

## 1 INTRODUÇÃO

Os anos noventa ficou marcado por amplas transformações estruturais a partir do governo Collor, assim como, pela implementação do Plano Real, que garantiu um

---

<sup>1</sup> Mestra em Economia pela UFPB e Profª. Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri –URCA. E-mail: silvanaqueirozce@urca.br

<sup>2</sup> Doutor em Economia pela Université Paris 1 e Profª. do Curso de Mestrado em Economia da UFPB. E-mail: ivantargino@bol.com.br

\* Este trabalho se baseia na dissertação de mestrado da referida autora apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, sob a orientação do Profª. Dr. Ivan Targino.

ambiente de estabilidade macroeconômica com a redução da taxa de inflação. Todavia, as conseqüências das mudanças estruturais e do ajuste econômico adotado pelo país não foram todos positivos, pois repercutiram negativamente sobre o mercado de trabalho, que sofreu profundas transformações na organização da produção e do trabalho, que implicaram na precarização, flexibilização ou desregulamentação das relações trabalhistas. O crescimento do desemprego e do subemprego no Estado de São Paulo e na sua região metropolitana é a conseqüência mais evidente dessas mudanças.

Assim, nesse contexto de altos índices de desemprego, o Estado de São Paulo e a sua região metropolitana que, historicamente, configuram-se como áreas absorvedoras de mão-de-obra de migrantes, procedentes das diversas regiões do país (principalmente nordestinos e mineiros), não podem oferecer tanta estabilidade ao migrante como ocorria em décadas passadas, transformando-se em área de origem de migrantes.

Paralelamente a esse cenário, segundo os dados do Censo Demográfico 2000, o Ceará foi o Estado da Região Nordeste que registrou alterações mais significativas (tanto em termos percentuais quanto em termos absoluto) nas suas trocas líquidas. Verifica-se que as suas saídas caíram 23,8% e as suas entradas cresceram 33,9%. Assim, o seu saldo migratório que era de -123.512, em 1991, passou para -23.785, em 2000, implicando num “quase equilíbrio” nas suas trocas líquidas. Isso significa que o Ceará vem conseguindo manter a sua população no Estado e, por outro lado, está atraindo migrantes (de retorno e não-naturais), revertendo de certa forma sua característica de Estado com baixo poder de atratividade de migrantes e elevado poder de expulsão dos mesmos. Provavelmente, este acontecimento pode ser explicado em parte, pelo bom desempenho da economia cearense, que entre o período de 1990-2000, apresentou crescimento do seu PIB acima da média nacional e regional.

## **2 CEARÁ: DINÂMICA ECONÔMICA E DO MERCADO DE TRABALHO**

### **2.1 Comportamento do PIB cearense no período 1990-2000**

Diante de significativas mudanças na condução da política econômica cearense, ou melhor, no novo contexto de administração pública, notadamente a partir do Governo Jereissati em 1987, a economia cearense, desde os anos 1990, vem passando por um período de expressiva transformação na composição do seu PIB. Tem se destacado o

rápido crescimento do setor industrial, o declínio do setor agropecuário e as oscilações do setor de serviços, visto que este passou por momentos de crescimento, seguido de desaceleração/queda na sua participação do PIB cearense.

**Tabela 1 – Ceará -1990-2000 - Composição do PIB setorial**

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1990	13,56	25,64	60,80
2000	9,47	47,80	42,73

Fonte: Beltrão, 2003.

Na Tabela 1 o que chama a atenção é o aumento da contribuição do setor industrial, que participava com 25,64%, em 1990, e, em 2000 contribuía com 47,80%, tendo um crescimento de quase 100%, em 10 anos. Tal desempenho mostra o rápido efeito da política de incentivo à industrialização, iniciado, em 1987, com a reforma administrativa e fiscal, combinada com os investimentos em infra-estrutura, e a política da “guerra fiscal” adotada pelo Ceará. Nesse cenário de elevado e rápido crescimento da indústria cearense, a “previsão” de Singer (1975, p.140) sobre a indústria em Fortaleza não se confirma. Vejam-se as palavras do citado autor:

em áreas que registram intensa migração do campo à cidade, núcleos urbanos médios com funções apenas “terciárias” (comerciais, administrativas etc.) podem em poucos anos ver sua população crescer rapidamente tornando-se cidades grandes sem que sua economia industrial se tenha expandido. Fortaleza e Belém são exemplos brasileiros de cidades grandes sem função industrial significativa.

No tocante à participação da agropecuária, esse setor teve trajetória decrescente, contribuindo apenas com 9,47% do PIB, em 2000, enquanto em 1990 contribuía com 13,56%. Este fato tem sido o grande alvo de críticas ao governo estadual, que segundo muitos analistas, incentivou a industrialização, mas deixou de lado o incentivo à agropecuária.

No que diz respeito ao setor de serviços, a sua participação diminuiu de 60,80%, em 1990, para 42,73%, em 2000. O que evidencia uma perda relativa do setor de serviços em benefício do setor industrial.

Segundo Vasconcelos, Almeida e Silva (1999, p.8): “a economia cearense [...] começa a dar mostra de uma mudança significativa em seu ritmo de desenvolvimento e em sua estrutura [...]”.

Quanto ao ritmo de crescimento, a Tabela 2 indica que, em 1990 a taxa de crescimento PIB do cearense foi de 4,57%, quase o dobro do crescimento do Brasil (2,43%). Nota-se que, no primeiro quinquênio da década de 1990, essa diferença era

menor, visto que o Ceará cresceu 3,87% e o Brasil 2,54%. Todavia, durante o segundo quinquênio (1995-2000), o crescimento do PIB cearense foi de 5,28% e o do Brasil foi de 2,33%.

Assim, a Pesquisa da Atividade Econômica Regional (PAER, 2000, p.9) aponta que:

nesta última década, o Ceará tem empreendido esforços contínuos para transformação do cenário econômico. Trata-se de uma visão de crescimento econômico do Estado, associada no plano concreto, a programas e ações dirigidos principalmente ao desenvolvimento da indústria [...] isto tem como objetivos: a geração de emprego e interiorização da indústria [...].

**Tabela 2 - Brasil e Ceará - 1990-2000 - Taxas médias de crescimento real do PIB**

Períodos	Taxa de crescimento (%) Brasil	Taxa de crescimento (%) Ceará
1990-1995	2,54	3,87
1995-2000	2,33	5,28
1990-2000	2,43	4,57

Fonte: Beltrão, 2003.

Nesse contexto, observa-se que o Ceará, diferentemente do Brasil e de muitos Estados brasileiros, desde a década de 1990, vem obtendo crescimento do seu PIB, com destaque para o desempenho do setor industrial, que tem proporcionado a geração de novos postos de trabalho principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza (ver Tabela 3).

## 2.2 Dinâmica da oferta de trabalho na RMF e na RMSP nos anos 1990

No tocante à dinâmica do mercado de trabalho, pode-se afirmar que os resultados obtidos a partir da política de ajuste nas finanças públicas, combinado com o programa de isenções fiscais, que atraiu inúmeras indústrias para o Ceará, foram exitosos na criação de novos postos de trabalho. Diferentemente do que ocorreu em outras Unidades da Federação, destacando-se aí a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) vem registrando posição satisfatória em termos de ocupação formal no mercado de trabalho local.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o saldo do emprego formal na RMF, durante a década de 1990, foi positivo, sabido que, em dez anos (1991-2000) foram criados 80.018 novos postos de trabalho, numa época em que houve significativo aumento do desemprego no país, em especial na RMSP, que, na referida década, demitiu mais trabalhadores do que admitiu, tendo um saldo de 189.274 demitidos, contra 80.018 admitidos na RMF.

**Tabela 3 - RMF e RMSF - 1991-2000 - Evolução da oferta de emprego**

Anos	Região Metropolitana de Fortaleza			Região Metropolitana de São Paulo		
	Admitidos	Desligados	Varição absoluta	Admitidos	Desligados	Varição absoluta
1991	154.364	151.722	2.642	1.977.068	2.096.843	-119.775
1992	128.986	136.508	-7.522	1.498.259	1.650.644	-152.385
1993	134.433	121.534	12.899	1.703.417	1.607.989	95.428
1994	146.652	126.971	19.681	1.789.201	1.661.391	127.810
1995	178.142	168.880	9.262	2.102.234	2.111.455	-9.221
1996	171.656	156.563	15.093	1.799.424	1.802.025	-2.601
1997	155.445	143.624	11.821	1.698.123	1.661.732	36.391
1998	177.275	184.735	-7.460	2.612.833	2.909.072	-296.239
1999	179.590	173.767	5.823	2.642.549	2.752.113	-109.564
2000	212.751	194.972	17.779	3.142.311	2.901.429	240.882
Total	1.050.494	984.640	80.018	12.567.726	12.592.079	-189.274

Fonte: elaboração própria através do MTE-CAGED, CDs-ROM (vários anos).

Não obstante o bom desempenho da demanda de trabalho por parte do setor produtivo, a pressão sobre a oferta de trabalho na RMF foi crescente, alimentada pelos fluxos migratórios que para lá se dirigiram. Desse modo, a taxa de desemprego do Ceará, especialmente da RMF, acompanhou a trajetória crescente da taxa de desemprego no Brasil, durante toda a década de 1990. Na opinião do coordenador do Sistema Nacional de Emprego (Sine/IDT-CE), Inácio Bessa, a melhora nesses índices só veio ocorrer em 2000, quando a taxa de desemprego aberto em Fortaleza foi de 12,95%, apresentando queda de 4,45%, em comparação com a taxa de desemprego de 1999 que foi de 13,56%. Ainda, segundo a pesquisa do Sine/IDT-CE, publicada no jornal Diário do Nordeste, em 23 de fevereiro de 2001, tem-se que:

[...] o Brasil e o Nordeste também verificaram uma recuperação do mercado de trabalho, em função da estabilidade da economia no ano de 2000. Entretanto, a taxa de empregabilidade do Ceará foi de 3,49% no ano passado, ficando acima dos resultados verificados no Brasil (3,2%) e na região (3,34%). 'Estamos na terceira ou quarta posição no ranking nacional de empregabilidade, comemora Sarriune.

Os dados elaborados pelo Sine/IDT-CE também indicam que a taxa de recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho de Fortaleza, no ano de 2000, foi de 31,04%, pois de um total 166.363 inscritos, 51.632 foram recolocados no mercado de trabalho. Taxa considerada satisfatória, pois, quando se comparam com os índices do Nordeste, que em 2000 atingiu taxa média de recolocação de 15,32%, vê-se que as recolocações de profissionais no mercado de trabalho em Fortaleza foram quase o dobro da média do Nordeste.

Assim, apesar de toda a crise que abalou o país durante a década perdida e os períodos de recessão da economia brasileira, nos anos 1990, o Ceará conseguiu crescer acima da média nacional, tanto em termos de produto quanto no aumento da oferta de trabalho. Por outro lado, no tocante ao crescimento da taxa de desemprego, o Ceará apresentou trajetória semelhante à do Brasil.

Partindo da constatação do bom desempenho da economia cearense, e, por outro lado, do fraco desempenho da economia brasileira, em especial da RMSP, na próxima seção, tem-se como objetivo comparar o perfil sócio-econômico entre os migrantes de retorno com os não-naturais do Estado do Ceará.

### **3 COMPARATIVO ENTRE O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS MIGRANTES DE RETORNO COM OS NÃO-NATURAIS DO CEARÁ**

#### **3.1 Volume e diferenciais na estrutura etária**

Os microdados da amostra<sup>3</sup> do Censo Demográfico 2000 trazem informações sobre 11,3% da população total do Ceará (7.430.661). Em 31/07/2000, encontravam-se residindo a menos de 10 anos, no Estado do Ceará, 348.388 (ver Tabela 4) migrantes (de retorno e não-naturais), que representam um percentual de 4,69% da sua população total.

Nesse caso, vale observar que do volume total (348.388) de migrantes que se dirigiram para o Ceará, este era formado por 187.530 migrantes de retorno<sup>4</sup>, ou seja, naturais do Ceará e 160.858 que eram migrantes não-naturais<sup>5</sup>.

No que diz respeito à variável idade, os principais aspectos observados na Tabela 4 são os seguintes:

a) os retornados estão significativamente concentrados nas faixas etárias que envolvem crianças: i) na faixa etária de 0-4 anos de idade, estão concentrados 16,10%. Este dado aponta para dois aspectos: 1) significa que a emigração/saída das famílias cearenses para outros Estados é feita por casais relativamente jovens, tendo em vista a idade das crianças retornadas (acompanham os pais); 2) as saídas estão ocorrendo num curto espaço de tempo ou durando pouco, pois em menos de quatro anos, estes remigraram novamente para o Ceará. Assim, tudo indica, que o lugar de destino “escolhido” por esses migrantes, não foi capaz de lhes oferecerem oportunidades de emprego. Logo, a volta e/ou

---

<sup>3</sup> Os microdados da amostra do Censo Demográfico 2000 foram tabulados com o uso do SPSS.

<sup>4</sup> Indivíduo que residia em outra Unidade da Federação (UF) e entre o período de 01/08/1990 a 31/07/2000 (data do último censo) retornou para o Ceará (UF de nascimento) e lá permanecia na data do último censo.

<sup>5</sup> Indivíduo não-natural do Estado do Ceará, que na data do último censo (31/07/2000), residia nesta UF há menos de 10 anos.

retorno seria a melhor alternativa, tendo em vista o provável “fracasso” no local de destino; ii) entre 0 a 9 anos de idades, aproximadamente 50,18% dos migrantes de retorno aí se concentram (ver Tabela 4 e Gráfico 1). Isto significa que mais da metade das migrações de retorno para o Ceará foi feita por crianças que nasceram neste Estado durante a década de 1990 e que nessa mesma década saíram/emigraram do Ceará (provavelmente acompanhadas dos seus pais) para outros Estados e, antes de completarem 10 anos, voltaram/remigraram para o Ceará. Este resultado, na verdade, corrobora a idéia anterior de que a duração das migrações cearenses para outras UFs está ocorrendo em curta duração, em decorrência, provavelmente, das variáveis/dificuldades associadas ao mercado de trabalho (crescente taxa de desemprego, subemprego, instabilidade nas relações de trabalho e exigências por profissionais qualificados etc.);

**Tabela 4 – Ceará -Distribuição absoluta e relativa dos migrantes de retorno e não-naturais com menos de 10 anos ininterruptos de residência na UF, segundo grupo etário - 1990-2000**

Grupo etário	Migrantes de retorno		Migrantes não-naturais	
	Total	(%)	Total	(%)
<b>Total</b>	<b>187.530</b>	<b>100,00</b>	<b>160.858</b>	<b>100,00</b>
0-4	30.186	16,10	15.283	9,50
5-9	63.912	34,08	27.142	16,87
10-14	8.363	4,46	22.717	14,12
15-19	9.531	5,08	19.522	12,14
20-24	12.690	6,77	17.451	10,85
25-29	13.327	7,11	14.965	9,30
30-34	12.965	6,91	11.593	7,21
35-39	10.867	5,79	9.442	5,87
40-44	7.159	3,82	6.911	4,30
45-49	5.496	2,93	4.956	3,08
50-54	3.690	1,97	3.796	2,36
55-59	3.106	1,66	2.372	1,47
60-64	2.292	1,22	1.575	0,98
65-69	1.318	0,70	1.186	0,74
70-74	1.168	0,62	752	0,47
75 ou mais	1.460	0,78	1.195	0,74

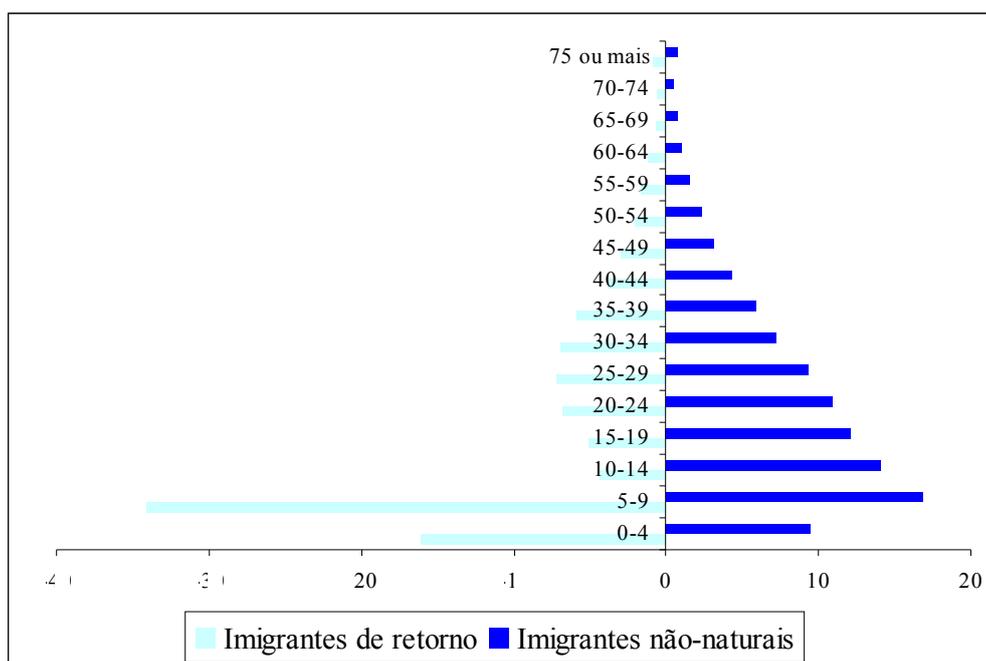
.....Fonte: IBGE – Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

(\*) valores relativos à amostra que representa 11,3% da população estadual.

b) os migrantes não-naturais estão mais concentrados e/ou uniformemente distribuídos nas faixas etárias que envolvem crianças (0-9 anos), jovens (10-19 anos) e adultos (20 a 29 anos): i) aproximadamente um quarto (26,73%) desses se agrupam na

faixa etária de 0 a 9 anos de idade. Não sendo tão concentrado como é o caso dos migrantes de retorno, onde mais da metade (50,18%) destes concentram-se significativamente na faixa etária de 0-9 (ver Tabela. 4 e Gráfico. 1 ); ii) na faixa etária que contempla jovens entre 10 a 19 anos, os não-naturais englobam 26,26%, enquanto os retornados reúnem 9,54%. Entre 20-29 anos, os não-naturais concentram 20,15% contra 13,88% dos retornados.

c) baixo percentual de migrantes (de retorno e não-naturais) idosos: i) a partir dos 55 anos de idade, observa-se pouca concentração de retornados (4,98%) e não-naturais (4,40%), além de certo equilíbrio entre as proporções de ambos os grupos de migrantes. No Gráfico 1, percebe-se claramente que a pirâmide etária nas faixas etárias finais (a partir de 55 anos) é mais estreita e não ocorre diferença significativa entre o volume desses grupos de migrantes. Por sua vez, esse baixo percentual de pessoas idosas (retornadas e não-naturais) nas entradas de migrantes no Ceará, nos anos 1990, pode significar que os trabalhadores não esperaram completar o seu ciclo produtivo para retornarem.



**Gráfico 1 – Ceará - Percentuais de migrantes de retorno e não-naturais com menos de 10 anos ininterruptos de residência na UF, segundo grupo etário - 1990-2000**

Fonte: IBGE - Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Nota: elaborado a partir da tabela 4.

A partir desses resultados, conclui-se que os retornados em sua maioria (50,18%) não se encontram em idade produtiva, pois são crianças (0-9 anos); em contrapartida, os

não-naturais, estão mais uniformemente distribuídos na idade produtiva (10-54 anos), fato este, que poderá explicar algumas diferenças nos rendimentos entre estes grupos de migrantes, como será visto adiante.

### 3.2 Nível educacional dos migrantes

O Gráfico 2 mostra a distribuição de migrantes<sup>6</sup> de retorno e não-naturais, segundo o nível educacional, tomando como parâmetro os anos de estudo. Da observação do Gráfico 2, podem ser destacados os seguintes aspectos:

a) a distribuição entre os níveis educacionais de retornados e não-naturais é bastante diferenciada. O percentual de cearenses retornados com menos de 1 ano de estudo (sem instrução) é de 24,50%, o que representa mais do dobro de não-naturais (12,02%). Esse elevado percentual de retornados sem instrução (menos de 1 ano de estudo), provavelmente é função das precárias condições que estes vivem quando saem do Ceará e vão para os grandes centros urbanos (notadamente São Paulo e o Rio de Janeiro), com o intuito de melhorar de vida. Normalmente, estes residem na periferia das grandes metrópoles, sem terem acesso à saúde, educação e habitação etc., pois cidades modernas e ricas, como São Paulo e Rio de Janeiro, não são mais capazes de lhes assegurar uma vida digna (oportunidade de estudar, trabalhar etc.), tendo em vista o grande déficit social que nelas se registra.

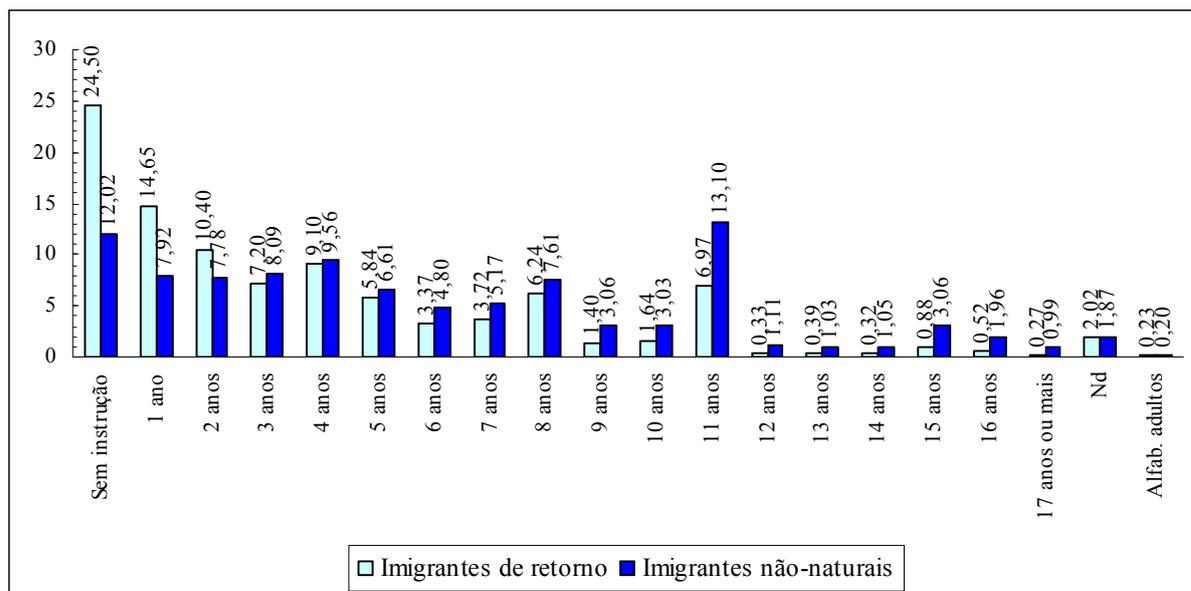
b) alta concentração de retornados nas faixas de estudos que incluem os sem instrução, até àqueles que estudaram somente 2 anos (49,55%). Isto significa que quase metade dos migrantes naturais do Ceará que retornaram para essa UF, durante os anos 1990, cursaram somente até a segunda série do primeiro grau (ensino fundamental), não se qualificando durante a época que residiu fora do Ceará, provavelmente em função dos fatores citados anteriormente;

c) em todas as faixas que inclui aqueles que estudaram de 3 a 17 anos, os migrantes não-naturais apresentaram percentuais superiores ao dos retornados. Observando que a diferença cresce com os anos de estudos: i) com relação àqueles que estudaram oito anos ou concluíram o primeiro grau, nota-se que 6,24% dos retornados concluíram a oitava série contra 7,61% dos não-naturais; ii) no tocante ao segundo grau ou ensino médio, que engloba pessoas que estudaram 11 anos, as diferenças entre os migrantes de retorno e os não-naturais aumenta, pois somente 6,97% dos retornados concluíram o segundo grau

---

<sup>6</sup>Para a discussão sobre o nível educacional, levou-se em consideração apenas os migrantes com 7 ou mais anos de idade.

contra 13,10% dos não-naturais. Esta diferença equivale a quase o dobro dos não-naturais que conseguiram concluir o segundo grau; iii) quando se compara a proporção dos migrantes que concluíram o nível superior, ou seja, que estudaram entre 15 a 17 anos, as diferenças entre retornados e não-naturais aumentam ainda mais, visto que somente 1,67% dos retornados tem nível superior contra 6,01% dos não-naturais, o que representa aproximadamente quatro vezes mais o percentual dos retornados.



**Gráfico 2 – Ceará - Percentuais de migrantes de retorno e não-naturais com menos de 10 anos ininterruptos de residência na UF, segundo anos de estudo - 1990-2000**

Fonte: IBGE – Microdados da amostra do Censo Demográfico 2000.

Nota: gráfico elaborado a partir de tabela 6 em apêndice.

A partir desses dados, evidencia-se que os não-naturais apresentam nível educacional superior ao dos retornados. Além dos determinantes antes citados anteriormente, provavelmente esta diferenciação reflete a falta de tempo por parte dos naturais do Ceará. Estes quando empregados nos grandes centros urbanos, trabalham em média 8 horas diárias, geralmente em serviços “pesados” (construção civil) e/ou com baixos salários (motoristas, garçons, porteiros etc.), justamente por terem poucos anos de estudos. Assim, com o que ganham, nem sempre é possível pagar seus estudos (curso técnico/profissionalizante), pois o salário é gasto com alimentação, moradia, transporte etc.; deixando o “investimento” em educação para segundo plano.

### 3.3 Taxa de ocupação e rendimento dos migrantes

No tocante às informações a respeito da taxa de ocupação e dos níveis de rendimentos (expressos em salário mínimo) dos migrantes retornados e não-naturais, levou-se em consideração somente as pessoas com 10 anos ou mais de idade na data de referência do Censo Demográfico de 2000. Assim, do total de 187.530 migrantes de retorno (ver Tabela 4), só 93.446 retornados responderam que na data do Censo tinham 10 anos ou mais de idade. Desses, apenas 48.327 (51,71%) estavam trabalhando em alguma atividade remunerada, na semana de 23 a 29 de julho de 2000 (ver Tabela 5).

Com relação aos 160.858 (ver Tabela 4) migrantes não-naturais que se destinaram para o Ceará durante os anos 90, 118.536 não-naturais tinham 10 anos ou mais de idade. Desse total, apenas 52.469 (44,27%) encontravam-se ocupado em alguma atividade remunerada na data de referência do censo (ver Tabela 5).

**Tabela 5 – Ceará - Distribuição absoluta dos migrantes de retorno e não-naturais com menos de 10 anos interruptos de residência na UF, segundo rendimento\* total no mês (em salário mínimo) - 1990-2000**

Rendimento em salário mínimo	Imigrantes de retorno Total	Imigrantes não-naturais Total
<b>Total</b>	<b>48.327</b>	<b>52.469</b>
0   1	24.752	20.566
1   2	11.558	10.611
2   3	3.823	4.159
3   5	3.327	5.053
5   7	1.911	3.292
7   10	965	2.496
10   15	743	2.195
15   25	549	2.239
Acima de 25	699	1.858

Fonte: IBGE - Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Nota: valores relativos à amostra que representa 11,3% da população estadual.

(\*) o corte etário incluiu somente indivíduos com 10 ou mais anos de idade.

A partir desses números fica evidenciado que a taxa de ocupação dos migrantes não-naturais (44,27%) é inferior à proporção dos migrantes de retorno (51,71%), não obstante, estes últimos apresentaram nível de escolaridade inferior (ver Gráfico 2). Provavelmente, isto pode ser explicado pelo fato dos retornados terem laços de família e/ou conhecimento com as pessoas no local de destino (mesorregiões cearenses) e, a partir

disso, ser “mais fácil” para este grupo de migrantes conseguir ocupação mais rapidamente do que os não-naturais. Agora resta saber se os não-naturais por terem mais anos de estudos do que os retornados (ver Gráfico 2) têm maior probabilidade de conseguir melhores empregos e com isso obter melhores rendimentos, conforme prevê a teoria do capital humano (Mincer, 1974; Sjaastad, 1980).

Os principais aspectos observados no Gráfico 3, que mostra a distribuição de migrantes retornados e não-naturais, segundo o nível de rendimento, tomando como parâmetro a variável salário mínimo, foram os seguintes:

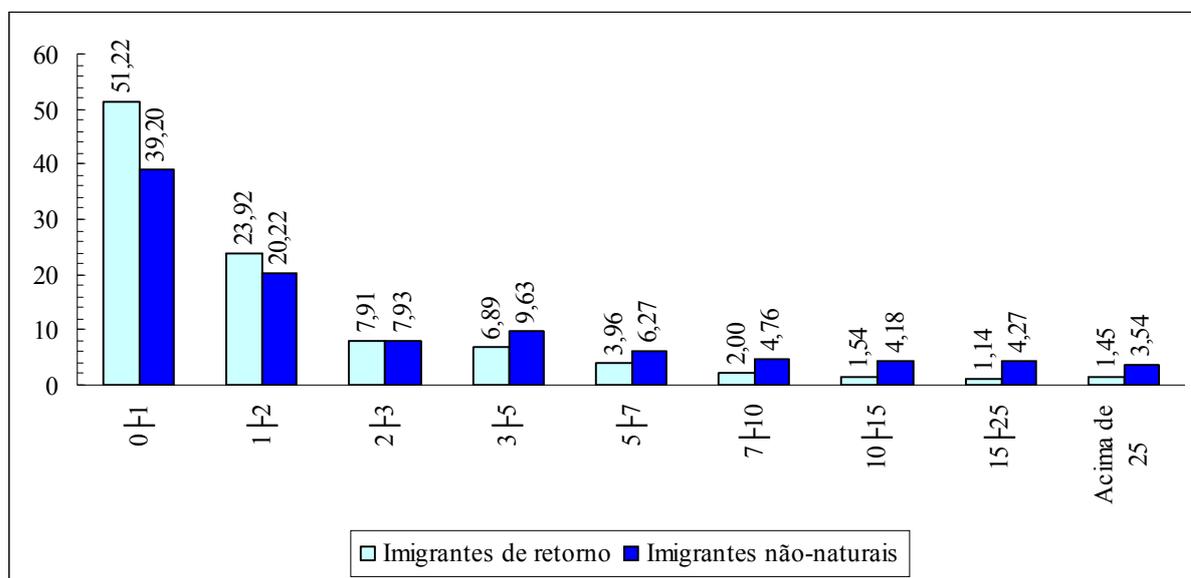
a) a maior parte de ambos os grupos de migrantes (de retorno e não-naturais) possui baixo rendimento: i) pouco mais da metade (51,22%) dos retornados e 39,20% dos não-naturais ganha menos de 1 salário mínimo, refletindo o padrão de desigual distribuição de renda predominante na economia cearense. De acordo com os dados do Centro de Estudos de Economia Regional da UFC (Cener/Caen):

a concentração da riqueza no Ceará diminuiu um pouco entre 1986 a 1999, mas voltou a crescer em 2000. Em 1986, 20% dos cearenses mais pobres detinham apenas 2,79% da renda do Estado, enquanto os 20% mais ricos concentravam 66,90% de toda a riqueza do Ceará. Em 1999, os 20% mais pobres tiveram um pequeno ganho de 0.24 pontos percentuais, aumentando para 3,03% a participação na renda. Os 20% mais ricos perderam 4.52 pontos percentuais. Embora tenha caído a participação dos mais ricos, eles continuam concentrando 62,38% da riqueza do Estado. Disponível em: <<http://www.noolhar.com.br>>.

A concentração de renda é um problema histórico no Brasil. Todavia, no Ceará esse problema é mais grave, pois o abismo social que separa a elite dos mais pobres é mais intenso, haja vista que em 2002 o Estado aparece com o terceiro maior índice de concentração de renda do país. Nesse contexto, isto leva a entender que todo o crescimento econômico vivenciado pelo Ceará, no período de 1990-2000, não foi capaz de melhorar a distribuição de renda no Estado.

b) apesar da situação de ambos os grupos de migrantes serem precárias, fica evidente que a situação “financeira” dos retornados é inferior a dos não-naturais. Com efeito, a proporção deles (retornados) é mais concentrada nos estratos de rendimentos mais baixos e menos nos estratos de rendimentos mais elevados: 75,14% de retornados contra 59,42% de não-naturais, ganham menos de dois salários mínimo e, somente 1,45% dos retornados ganha acima de 25 salários mínimos contra 3,54% dos não-naturais. Isto que dizer, que para aproximadamente 2,5 migrantes não-naturais, só 1 migrante de retorno ganha mais de 25 salários;

c) nas faixas salariais que compreendem os migrantes que ganham a partir de 3 salários mínimos até o último estrato de rendimento (acima de 25 salários mínimos), a proporção de migrantes não-naturais predomina em todos esses intervalos salariais. Verificando que as diferenças salariais cresce à medida que o salário aumenta.



**Gráfico 3 – Ceará -Percentuais de migrantes de retorno e não-naturais com menos de 10 anos ininterruptos de residência na UF, segundo rendimento total no mês (em salário mínimo) - 1990-2000**

Fonte: IBGE - Microdados da Amostra do Censo Demográfico, 2000.

Nota: elaborado a partir da tabela 5.

Parece que a explicação para essas diferenças salariais entre os retornados e não-naturais tem a ver com as seguintes razões:

- transferência de inúmeras empresas do Sul e Sudeste do país para o Ceará, notadamente empresas de calçados do Sul, em que os melhores cargos (chefias, diretorias, gerências) e, conseqüentemente, os melhores salários ficaram com os funcionários do Sul (não-naturais do Ceará), que acompanharam esse processo de desconcentração industrial. Em 1987, Targino (p.414) já apontava para este acontecimento, veja o que diz o referido autor:

[...] existem evidências de que há uma seletividade nos fluxos migratórios para o Nordeste. Trata-se, na maioria dos casos, de funcionários públicos graduados e de técnico ligados a empresas que instalaram suas filiais no Nordeste [...]

- outra resposta para essas diferenças salariais, “em parte”, parece que se explica pelo nível educacional dos migrantes, pois conforme visto anteriormente, os não-naturais possuem mais anos de estudos do que os migrantes de retorno. Assim, segundo a teoria do

capital humano, isto explicaria o porquê dos não-naturais estarem concentrados nas faixas salariais mais elevadas. No entanto, esta mesma teoria deixa algumas lacunas sobre a sua aplicabilidade e/ou aceitabilidade, visto que a mesma considera o mercado de trabalho contínuo e unimodal ao invés de segmentado ou descontínuo;

- outro questionamento se refere à afirmação da teoria do capital humano entre a relação positiva anos de estudo X rendimento. Parece que essa teoria não consegue explicar o porquê de muitos indivíduos com os mesmos anos de estudos terem rendimentos diferentes, ou, que nada garante que aqueles que tenham as melhores notas/conhecimentos, terão os melhores salários. Na verdade, tudo indica que além de um bom nível educacional como aponta essa teoria, existem outras variáveis fundamentais na ocupação das melhores vagas no mercado de trabalho, como por exemplo, status econômico, laços de família, indicações e, no caso dos imigrantes, conhecimento no local de destino.

Em suma, apesar dos retornados estarem mais concentrados do que os não-naturais nas faixas salariais mais baixas, de modo geral, observa-se que ambos os grupos de migrantes (de retorno e não-naturais) apresentam baixos rendimentos. Demonstrando, a precária situação financeira em que estes vivem ao chegarem no Ceará.

#### **4 CONCLUSÃO**

Diversas mudanças foram observadas na dinâmica populacional cearense, associadas em grande parte a um conjunto de variáveis sócio-econômicas. Os resultados encontrados anteriormente ratificam a idéia de que os movimentos populacionais são uma resposta à reprodução do capital, que através do processo de acumulação têm criado novas formas de organização do trabalho e da produção, poupando mão-de-obra e/ou aumentando a demanda pela mesma. Nesse cenário, constou-se que o aumento dos fluxos migratórios (de retorno e de não-naturais) com destino para o Ceará, nos anos 1990, por um lado, foi em decorrência da crise econômica e social que se instalou no país, notadamente na RMSP, com suas crescentes taxas de desemprego e subemprego; por outro lado, foi reflexo do bom desempenho da economia cearense, no período de 1990-2000, que cresceu acima da média regional e nacional e, com isso, conseguiu aumentar suas entradas em 33,9% e reduzir suas saídas em 23,8%. Em contrapartida, observou-se que, nessa mesma

época, o Estado de São Paulo reduziu suas entradas em 12% e aumentou suas saídas em torno de 36%.

No tocante a análise sobre o padrão etário dos retornados, detectou-se forte concentração na faixa de 0 a 9 anos de idade (50,18%), sendo que 16,10% envolve crianças de 0-4 anos de idade. Este resultado, na verdade, reflete um ir e vir bastante intenso de cearenses, que provavelmente em função da crise econômica que abala o país, já não encontram lugar “seguro” para viver fora da UF de nascimento e, com isso, remigram para o Ceará num menor espaço de tempo. No caso dos migrantes não-naturais, apesar de 9,50% e 16,87% das suas migrações serem formadas, respectivamente, por crianças de 0-4 anos e de 5 a 9 anos de idade, de modo geral, verificou-se que o perfil etário desse grupo de migrantes é mais adulto, pois eles se encontram bem distribuído nas faixas etárias medianas, que englobam jovens e adultos de 10 a 54 anos de idade. Ainda se constatou que em ambos os grupos de migrantes (de retorno e não-naturais) as menores proporções e as menores diferenças encontram-se no grupo formado por pessoas idosas (a partir de 55 anos).

Com relação ao nível educacional dos migrantes de retorno e não-naturais, de modo geral, registrou-se que esses dois grupos de migrantes têm poucos anos de estudos. Sendo que os retornados possuem menos escolaridade do que os não-naturais. Todavia, observou-se que apesar dos retornados terem menos anos de estudo do que os não-naturais, sua taxa de ocupação (51,71%) é mais elevada do que a dos não-naturais (44,27%), embora os seus rendimentos sejam menores. Esses resultados envolvem vários fatores: primeiro, parece que a migração desses cearenses para outras UFs não contribuiu para os mesmos melhorarem o seu nível educacional; segundo, o fato dos retornados terem uma taxa de ocupação superior a dos não-naturais pode ser função dos laços de família e de maiores conhecimentos com as pessoas no local de destino; terceiro, a explicação para os retornados terem rendimentos menores do que os não-naturais, em parte, encontra respaldo na teoria do capital humano, que justifica os maiores salários em função dos maiores níveis educacionais.

Em suma, de modo geral, observou-se que ambos os grupos de migrantes (de retorno e não-naturais) apresentam baixos níveis de escolaridade, ocupação e rendimento. Demonstrando, a precária situação sócio-econômica em que estes vivem ao chegarem no Ceará.

Por fim, espera-se que a partir desse artigo possam surgir outros trabalhos direcionados ao cruzamento de mais e/ou outras variáveis, que consigam identificar, mais claramente, os efeitos dos fluxos migratórios (de retorno e de não-naturais) para o local de destino e a sua população receptora. No entanto, os resultados aqui obtidos, foram suficientes para identificar o perfil sócio-econômico dos migrantes de retorno e dos não-naturais do Ceará. Assim, caso alguns resultados aqui obtidos venham se confirmar nas próximas PNADs ou no Censo Demográfico, como por exemplo, a inversão no saldo migratório do Ceará (ao passar de negativo para positivo), sem dúvida, isto deverá provocar algum redirecionamento nas políticas públicas do Estado do Ceará, ou na sua estratégia de desenvolvimento, que terá que se estruturar para dar condições de trabalho, estudo, moradia, saúde etc., para os novos (migrantes não-naturais) e antigos moradores que estão retornando para o Ceará.

#### APÊNDICE

**Tabela 6 – Ceará - Distribuição absoluta e relativa dos migrantes de retorno e não-naturais com menos de 10 anos ininterruptos de residência na UF, segundo anos de estudo\*\* 1990-2000**

Anos de estudo	Migrantes de retorno		Migrantes não-naturais	
	Total	(%)	Total	(%)
<b>Total*</b>	<b>15.105</b>	<b>100,00</b>	<b>15.278</b>	<b>100,00</b>
Sem instrução	3.700	24,50	1.836	12,02
1 ano	2.213	14,65	1.210	7,92
2 anos	1.571	10,40	1.189	7,78
3 anos	1.087	7,20	1.236	8,09
4 anos	1.375	9,10	1.460	9,56
5 anos	882	5,84	1.010	6,61
6 anos	509	3,37	733	4,80
7 anos	562	3,72	790	5,17
8 anos	942	6,24	1.162	7,61
9 anos	212	1,40	467	3,06
10 anos	248	1,64	463	3,03
11 anos	1.053	6,97	2.002	13,10
12 anos	50	0,33	169	1,11
13 anos	59	0,39	158	1,03
14 anos	49	0,32	161	1,05
15 anos	133	0,88	467	3,06
16 anos	79	0,52	299	1,96
17 anos ou mais	41	0,27	151	0,99
Nd	305	2,02	285	1,87

Alfab. adultos	35	0,23	30	0,20
----------------	----	------	----	------

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

(\*) valores relativos à amostra que representa 11,3% da população estadual.

(\*\*) o corte etário incluiu somente indivíduos com 7 ou mais anos de idade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Hélio. Industrialização no Estado do Ceará: 20 anos. Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br>>. Acesso em: 7 jan. 2005.

CAGED, MTE. CD-ROM, 1991 a 2000.

IBGE. **Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000**. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Última etapa de divulgação do Censo 2000 traz os resultados definitivos, com informações sobre os 5.507 municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.net/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>. Acesso em: 12 mar. 2005.

MINCER, J. **Schooling, experience and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

PESQUISA DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL – PAER. **Estudos do mercado de trabalho como subsídio para a reforma da educação profissional no estado do Ceará**: indústria, serviços e agropecuária. Brasília, 2000.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 115-143.

SINGER, PAUL. **Economia política da urbanização**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

TARGINO, Ivan. Dependência econômica regional e mobilidade inter-regional do trabalho: o caso do Nordeste. In: **Revista Econômica do Nordeste – REN**, Fortaleza, v.18, n.3, p.405-425, jul./set. 1987.

TAXA de desemprego em Fortaleza cai 4,49%. Diário do Nordeste Online, Fortaleza, 23 fev. 2001. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 24 maio 2005.

VASCONCELOS, José Romeu de; ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt. **Ceará**: economia, finanças públicas e investimentos nos Anos de 1986 a 1996. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 627).